



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO





**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO**

Balancos Patrimoniais

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021  
 (Em reais)

	2022	2021		2022	2021
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante:</b>		
Caixa	0	11.632	Fornecedores Nacionais	229.852	133.323
Bancos	277.721	283.728	Fornecedores Internacionais	0	167.008
Aplicações Financeiras	2.755.232	1.915.561	Obrigações com Pessoal	85.363	130.300
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>3.032.952</b>	<b>2.210.920</b>	Obrigações Trabalhistas	151.526	86.946
			Impostos a Recolher	37.240	44.903
			Contribuições a Recolher	1.046	925
<b>Não Circulante:</b>			Recursos Públicos	1.957.140	1.264.769
Parcelamento	14.772	10.798	Recursos de Terceiros	19.657	19.657
Mensalidades	13.028	11.132	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.481.823</b>	<b>1.847.830</b>
Créditos em Atraso	247.897	49.965			
Cientes a Receber	0	125.529	<b>Patrimônio social:</b>		
Impostos a Recuperar	0	0	Patrimônio Próprio	309.065	309.065
Adiantamento a Terceiros	0	1.500	Superávit acumulado	1.235.922	1.235.922
Adiantamento a Funcionários	6.335	5.707	Déficit Acumulado	-666.862	-351.389
Bens Móveis	2.485.838	624.915	Reavaliação de Anos Anteriores	-33.107	-74.058
Imóveis	366.244	366.244	Resultado do Exercício	1.942.862	-315.472
Depreciação Acumulada	-897.364	-754.812	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2.787.879</b>	<b>804.067</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.236.750</b>	<b>440.977</b>			
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>5.269.702</b>	<b>2.651.898</b>		<b>5.269.702</b>	<b>2.651.898</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FERNANDO**

**AUGUSTO SPERB**

Assinado de forma digital por  
 FERNANDO AUGUSTO SPERB

Dados: 2023.03.09 14:12:38  
 -03'00'

Assinado de forma digital por


ROGERIO NUNES

**ROGERIO NUNES**

**SANTOS:0281545**

Dados: 2023.03.09 09:10:58  
 -03'00'

**0739**

 <b>CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO</b> Demonstrações dos Resultados Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em reais)			
	2022	2021	Varição
<b>Recursos COB</b>	<b>7.975.959</b>	<b>4.706.939</b>	<b>69%</b>
Recursos para Manutenção	1.051.264	610.476	72%
Recursos Preparação Técnica	1.331.225	978.782	36%
Recursos para Fomento	4.909.793	3.017.681	63%
Formação de Recursos Humanos	7.930	0	100%
Eventos Esportivos	675.746	0	100%
Recurso Extraordinário	0	100.000	-100%
<b>Recursos CPB</b>	<b>4.762.814</b>	<b>1.568.040</b>	<b>204%</b>
Recursos para Manutenção	487.696	607.203	-20%
Recursos para Esporte	4.323.293	960.837	350%
(-) Manutenção Locomoção Atletas	(45.908)	0	-100%
(-) Verbas Extraordinárias	(2.268)	0	-100%
<b>Recursos Próprios</b>	<b>3.614.795</b>	<b>2.426.306</b>	<b>49%</b>
Atletas	174.589	237.934	-27%
Animais	2.371.275	1.270.899	87%
Taxas Realização de Concursos	889.740	758.293	17%
Mensalidades das Federações	179.190	159.179	13%
<b>Recursos de Terceiros</b>	<b>2.972.002</b>	<b>89.088</b>	<b>3236%</b>
Receitas de Patrocínio	889.667	0	100%
Receitas de Representação	2.078.280	0	100%
Receitas Multa STJDHB	0	5.000	-100%
Receitas Diversas	4.055	84.088	-95%
<b>Superávit Bruto</b>	<b>19.325.569</b>	<b>8.790.373</b>	<b>120%</b>
<b>Despesas Esportivas</b>	<b>12.264.801</b>	<b>3.931.794</b>	<b>212%</b>
Estrutura Esportiva	1.797.708	1.357.599	32%
Premiação Eventos	592.818	200.123	196%
Inscrições Eventos	482.186	120.215	301%
Despesas Eventos	9.392.088	2.253.856	317%
<b>Despesas Operacionais Esportivas</b>	<b>1.471.209</b>	<b>2.120.885</b>	<b>-31%</b>
Atletas	517.558	786.419	-34%
Animais	142.442	93.969	52%
Eventos	643.157	1.095.609	-41%
Entidades	168.051	144.888	16%
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>1.675.101</b>	<b>1.485.169</b>	<b>13%</b>
Despesas com Empregados	1.357.527	1.256.325	8%
Despesas Sociais	317.574	228.844	39%
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>1.888.583</b>	<b>1.566.663</b>	<b>21%</b>
Despesas Gerais	599.205	1.097.377	-45%
Despesas com Terceiros	1.296.582	306.108	324%
Despesas com Viagens	148.124	76.353	94%
Resultado Financeiro Líquido	(218.600)	16.119	-1456%
Despesas Tributárias	63.272	70.706	-11%
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>83.011</b>	<b>1.335</b>	<b>6120%</b>
Despesas Exercício Anterior	83.011,45	735	11201%
DESPESAS ORIGINADAS PELOS PROJETOS		600	100%
<b>Total das Despesas</b>	<b>17.382.706</b>	<b>9.105.845</b>	<b>91%</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>1.942.862</b>	<b>(315.472)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739

Assinado de forma digital por  
ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739  
Dados: 2023.03.09 09:12:31 -03'00'

FERNANDO  
AUGUSTO SPERB

Assinado de forma digital por  
FERNANDO AUGUSTO SPERB  
Dados: 2023.03.09 14:14:01  
-03'00'

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO****Demonstrações dos Resultados Abrangente****Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021****(Em reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>1.942.862</b>	<b>(315.472)</b>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do superávit abrangente do exercício</b>	<b>1.942.862</b>	<b>(315.472)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739Assinado de forma digital por  
ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739  
Dados: 2023.03.09 09:13:16 -03'00'FERNANDO  
AUGUSTO SPERBAssinado de forma digital por  
FERNANDO AUGUSTO SPERB  
Dados: 2023.03.09 14:14:27  
-03'00'



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**

(Em reais)

	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Superávit</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>921.771</b>	-	<b>921.771</b>
Reavaliação de Anos Anteriores	(74.058)		(74.058)
Superávit do exercício	-	(315.472)	(315.472)
Incorporação do superavit do exercício	(315.472)	315.472	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>532.241</b>	-	<b>532.241</b>
Reavaliação de Anos Anteriores	40.950		40.950
Déficit do exercício	-	1.942.862	1.942.862
Incorporação do déficit do exercício	1.942.862	(1.942.862)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.516.053</b>	-	<b>2.516.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES  
SANTOS:0281545073  
9

Assinado de forma digital por  
ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739  
Dados: 2023.03.09 09:14:08 -03'00'

FERNANDO  
AUGUSTO SPERB

Assinado de forma digital por  
FERNANDO AUGUSTO SPERB  
Dados: 2023.03.09 14:15:08  
-03'00'



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021**

**(Em reais)**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades operacionais</b>	<b>2.085.414</b>	<b>(296.159)</b>
Déficit / Superávit do exercício	1.942.862	(315.472)
Depreciações e amortizações	142.552	19.313
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(283.079)</b>	<b>680.371</b>
Títulos e valores mobiliários	(839.671)	590.013
Contas a receber	(78.273)	(78.787)
Ativos não circulantes	872	21.006
Recursos de projetos em execução	692.371	418.540
Fornecedores	(70.479)	(305.379)
Salários e encargos sociais	19.643	38.309
Obrigações tributárias	(7.542)	(3.331)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>1.802.335</b>	<b>384.212</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades investimentos</b>		-
Aquisição de imobilizado	(1.860.923)	(4.456)
Ajuste de Exercícios Anteriores	40.950	(397.668)
<b>Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.819.973)</b>	<b>(402.124)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(17.638)</b>	<b>(17.912)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	295.359	313.271
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	277.721	295.359
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(17.638)</b>	<b>17.912</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739

Assinado de forma digital por  
ROGERIO NUNES  
SANTOS:02815450739  
Dados: 2023.03.09 09:14:50 -03'00'

FERNANDO  
AUGUSTO  
SPERB

Assinado de forma digital  
por FERNANDO AUGUSTO  
SPERB  
Dados: 2023.03.09  
14:16:09 -03'00'

## 1. Contexto Operacional

A Confederação Brasileira de Hipismo ("CBH" ou "entidade"), é entidade integrante do Sistema Desportivo Nacional, sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver e difundir o esporte equestre no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar, supervisionar, administrar, dirigir, assim como representar o hipismo brasileiro nas competições nacionais e internacionais, acompanhar o desempenho e atuação das seguintes federações filiadas diretamente à CBH:

1. Federação Amazonense de Hipismo	FAHI
2. Federação Catarinense de Hipismo	FCH
3. Federação de Esportes Equestres do Maranhão	FEEM
4. Federação Equestre de Alagoas	FEA
5. Federação Equestre de Pernambuco	FEP
6. Federação Equestre do Ceará	FEC
7. Federação Equestre do Pará	FEEP
8. Federação Equestre do Rio de Janeiro	FEERJ
9. Federação Equestre Paraibana	FEPA
10. Federação Gaúcha de Esportes Equestres	FGEE
11. Federação Hípica da Bahia	FHB
12. Federação Hípica de Brasília	FHBr
13. Federação Hípica de Goiás	FEHGO
14. Federação Hípica de Minas Gerais	FHMG
15. Federação Hípica de Sergipe	FHS
16. Federação Hípica do Espírito Santo	FHES
17. Federação Hípica do Mato Grosso	FHMT
18. Federação Paranaense de Hipismo	FPrH
19. Federação Paulista de Hipismo	FPH
20. Federação Sul Matogrossense de Hipismo	FSMH
21. Federação Norteriograndense de Hipismo	FHRGH

Temos ainda como entidades vinculadas à CBH:

1. Comissão do Desporto do Exército	CDE
2. Associação Brasileira de Criadores do Cavallo de Hipismo	ABCCH

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 23 de dezembro de 2021, foi eleito como Presidente o Sr. Fernando Sperb e Vice-Presidente a Sra. Bárbara Lafranchi, para o quadriênio de 2021-2024.

## **1.1. Atividades da CBH**

A Confederação Brasileira de Hipismo - CBH tem por objetivo a promoção do esporte equestre no Brasil por meio de implementação de projetos e eventos esportivos, com representação em todo o território nacional através das Federações Regionais que lhes são filiadas. Fora do país, a CBH participa de competições representando o Brasil nas 9 modalidades desenvolvidas no país.

A CBH é filiada ao Comitê Olímpico do Brasil - COB, ao Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB e às entidades internacionais Federação Equestre Internacional - FEI e Confederação Equestre Pan Americana - PAEC.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CBH são submetidos formalmente ao COB e CPB para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBH submete as prestações de contas de cada um dos projetos para aprovação.

Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados foram utilizados de forma parcial, ou mesmo, no caso de não utilização dos recursos depositados, na ocasião das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos às entidades, atualizados monetariamente.

Os apoios técnico-financeiros ocorrem por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

O COB possui regulamentos a partir dos quais as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

- (i) Programas de projetos de fomento;
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto;
- (iii) Formação de recursos humanos;
- (iv) Preparação técnica;
- (v) Remuneração de Dirigentes Estatutários;
- (vi) Manutenção de atletas;
- (vii) Participação em eventos esportivos.

A CBH possui todas as certificações e certidões necessárias para a manutenção dos repasses originários da Lei Agnelo Piva bem como de convênios, valores estes de suma importância para a manutenção do hipismo brasileiro. Vale ressaltar que a definição das verbas advindas da Lei Agnelo Piva terá com peso



---

importante as práticas de Gestão da CBH, que hoje são analisadas mensalmente através de reporte ao COB e CPB.

## **1.2. Aspectos Técnicos da CBH**

A CBH encarrega-se da aprovação e acompanhamento técnico dos Concursos e Campeonatos que consta do seu calendário oficial. A gestão na aprovação do calendário sugere que, pelo menos, cada região brasileira receba uma competição oficial, a aprovação do calendário fica a cargo do Conselho de Administração. Além disso, é sua tarefa acompanhar e supervisionar os atletas brasileiros que participam de provas qualificativas ou seletivas para a participação das equipes brasileiras nos campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos, Americanos, Copa das Nações, Mundial, Olimpíadas e Paraolimpíadas, em todas as suas modalidades e categorias. A CBH é responsável por todo o trabalho técnico e logístico relacionado à participação das equipes brasileiras nos campeonatos citados.

O processo de saneamento da CBH e as prestações de contas junto à Secretaria Especial dos Esportes do Ministério da Cidadania ainda requer atenção e preocupação para sanarmos os passivos da instituição. O acompanhamento de processo junto ao Tribunal de Contas da União no cumprimento do termo de acordo firmado em 2018, fortaleceu todas as ações implementadas. Temos o valor de R\$ 485.452,21, relativo à glosa na prestação de contas relativo ao projeto SICONV Convênio 777.902/2012 junto à Secretaria Especial do Esporte conforme Ofício N° 926/2021 que teve como objeto “Financiar o primeiro ano de preparação da Seleção Brasileira Permanente da modalidade Concurso Completo de Equitação (CCE)”, devidamente provisionado em nossas demonstrações contábeis já assegurados por nosso ativo disponível, outros valores ainda poderão ser objetos de cobrança.

A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90, para isto mantém as suas receitas oriundas do exercício de sua atividade fim.

## **1.3. Aspectos fiscais**

### **(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei no 9.532, cujos principais aspectos de interesse da CBH estão apresentados a seguir:

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- ✓ Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- ✓ Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- ✓ Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- ✓ Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- ✓ Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;
- ✓ Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

## **(ii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS**

A CBH, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03;

## **(iii) Renúncia Fiscal**

A Administração da Entidade avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido propiciam a CBH, concluindo este tema como impraticável.

Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

## **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

A presente demonstração contábil será submetida para aprovação pelo Conselho de Administração após a apresentação ao presidente da CBH.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Confederação, inclusive as notas explicativas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em

observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

## **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (CPC PME) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis.

## **3. Principais Práticas Contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **3.1. Direitos e obrigações**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.

### **3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações com liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

### **3.3. Títulos e valores mobiliários**

Títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias: títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado, caixa restrito e recebíveis. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido.

A principal aplicação está apresentada por cotas de Fundo de Investimento não exclusivo, classificados na ANBIMA como fundos de curto prazo e baixo risco. A Confederação não tem gerência ou influência na composição da carteira ou na aquisição e venda dos papéis componentes da referida carteira, que poderiam conter papéis com certa volatilidade na taxa de juros, conseqüentemente, não atende a todos os requisitos do CPC 03 (R1) - Demonstração dos Fluxos de Caixa para classificação como equivalente de caixa. Em função do processo de aprovação da utilização dos recursos

ser de responsabilidade do Ministério da Cidadania, COB e CPB estes título e valores mobiliários está sendo classificado como caixa restrito.

### **3.4. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos a receber das Federações Regionais, registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante, além de taxas e serviços prestados pela CBH.

Conforme política de contas a receber, os valores vencidos a mais de 180 dias, sem que ocorram negociações, são transferidos para conta específica.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

### **3.5. Imobilizado**

O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Confederação, registrado pelo seu custo histórico de aquisição deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens tendo o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

### **3.6. Intangível**

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas aplicáveis.

### **3.7. Redução do valor recuperável dos ativos**

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### **3.8. Provisões para contingências**

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos e constitui provisão, sempre que julgado necessário, para fazer face às prováveis perdas decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus assessores jurídicos com relação à expectativa de êxito de cada processo, assim a Confederação, por não possuir nenhuma causa jurídica com prognóstico de perda provável, não efetuou nenhum registro. Foram realizadas provisões de processos administrativos cujos valores já foram identificados e que estão em fase de comprovação para efetuar os respectivos pagamentos.

### **3.9. Apuração do resultado**

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

Receitas oriundas de recursos de convênios firmados com entidades Governamentais no âmbito Federal são registrados em contas correntes individuais e específicas em contrapartida a conta de recebimento de recursos públicos (no passivo circulante) e são apropriadas ao resultado (receita) à medida que são incorridas as despesas relacionadas aos respectivos convênios. Ao final do projeto caso haja saldo não utilizado, o mesmo é devolvido ao órgão concedente, baixando-se contabilmente a obrigação registrada.

Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a prestação de contas pela Confederação, mas ainda em processo de análise pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão das análises das prestações de contas em aberto, valores estes que estão sendo considerados como despesas no ato da devolução dos recursos.

### **3.10. Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS**

Em atendimento à legislação vigente para as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, a Confederação contribui para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal, o qual é registrado como despesas gerais e administrativas, obedecendo ao regime de competência.

### **3.11. Instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### **3.12. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a entidade use julgamento na determinação e registro das estimativas contábeis. A CBH revisa as estimativas e premissas anualmente.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e bancos disponíveis	277.721	295.359
<b>Total</b>	<b>277.721</b>	<b>295.359</b>

O saldo de bancos está representado basicamente por saldos em contas bancárias referentes aos recursos próprios, originados para as atividades próprias da Entidade, mantidos em contas correntes exclusivas para este fim junto ao Banco do Brasil, cuja intenção de resgate não excede 90 dias.

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fundo de investimento de renda fixa	1.467.494	1.255.394
Títulos de capitalização – Ourocap	0	6.000
Certificado de depósito bancário	-	-
<b>Total</b>	<b>1.467.494</b>	<b>1.231.934</b>

As aplicações financeiras referem-se à Fundos de Investimento de Renda Fixa, classificados na ANBIMA como fundos de baixo risco e Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Títulos de Capitalização contratados junto a entidades financeiras de primeira linha e possuem liquidez imediata, sendo remuneradas essencialmente com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários Restritos

Os recursos apresentados nessa rubrica são recursos com destinação específica para projetos vinculados a Convênios juntos ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) através da Lei Agnelo Piva e Pela Secretaria Especial do Esporte (SEE) através da Lei de Incentivo ao Esporte cuja a utilização é restrita e destinada apenas para custeio dos respectivos projetos vinculados. Destacamos que os valores originados da MC-SEE se referem a convênios relativos ao período de 2009 a 2015, que se encontram em fase de análise da prestação de contas por parte da SEE, por determinação da CGU em virtude de fiscalização realizada na CBH no ano de 2015.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Banco conta movimento	1.288	892
Fundo de investimento de renda fixa	1.957.140	1.263.876
<b>Total</b>	<b>1.958.428</b>	<b>1.264.768</b>

## 7. Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelas mensalidades correntes, parcelamentos de recebíveis relacionados a confissões de dívidas negociadas com as Federações regionais, recebíveis em atrasos e de taxas e serviços prestados pela CBH.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Mensalidades	13.028	11.132
Parcelamentos	14.772	10.798
Clientes em Atraso <sup>(a)</sup>	247.897	49.965
Clientes a receber	-	125.529
<b>Total</b>	<u><b>275.697</b></u>	<u><b>197.424</b></u>

### Ativo não circulante

<sup>(a)</sup> Esta rubrica identifica valores em atraso com mais de 180 dias que não foram negociados o parcelamento ou sua liquidação.

A composição dos valores das contas a receber, excluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa que não houve movimentação, por data de vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A Vencer	193.965	50.502
Vencidos até 30 dias	2.438	0
Vencidos de 31 a 60 dias	26.312	0
Vencidos de 61 a 90 dias	0	0
Vencidos de 91 a 180 dias	5.751	0
Vencidos acima de 180 dias	1.386	49.965
<b>Total</b>	<u><b>229.852</b></u>	<u><b>100.467</b></u>

## 8. Imobilizado

A Confederação revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. A CBH entendeu que as vidas úteis utilizadas nos exercícios de 2021 e de 2020 representam adequadamente as vidas úteis econômicas de seus bens e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas, não identificando assim indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seu imobilizado.

	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
<b>Custo</b>					
Edificações/terrenos	363.244	-	-	-	363.244

	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
<b>Custo</b>					
Móveis e utensílios	149.547	17.987	-	-	167.534
Computadores e periféricos	386.622		-	-	386.622
Instalações comerciais	29.200	-	-	-	29.200
Máquinas e equipamentos	48.231	-	-	-	48.231
Semoventes	-	1.842.937			1.842.937
Outros	14.315	-	-	-	14.315
<b>Total</b>	<b>991.159</b>	<b>1.860.924</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.852.083</b>

	Taxas anuais depreciação (%)	2021	Adições	Baixas	Transferência	2022
<b>Depreciação</b>						
Edificações	2%	(192.779)	(4.545)	-	-	(197.324)
Móveis e utensílios	10%	(139.767)	(1.728)	-	-	(141.495)
Computadores e periféricos	20%	(351.486)	(12.168)	-	-	(363.654)
Instalações comerciais	20%	(29.200)	-	-	-	(29.200)
Máquinas e equipamentos	10%	(27.266)	-	-	-	(27.266)
Semoventes	-	-	<b>(122.862)</b>	-	-	<b>(122.862)</b>
Outros	20%	(14.315)	-	-	-	(14.315)
<b>Total</b>		<b>(754.812)</b>				<b>(897.364)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>236.346</b>				<b>- 1.954.718</b>

## 9. Intangível (Software)

	2021	Adições	Transferência	2022
<b>Custo:</b>				
Software	187.827	-	-	187.827
<b>Total:</b>	<b>187.827</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>187.827</b>

	Taxas anuais amortização (%)	2021	Adições	Transferência	2022
<b>Amortização</b>					
Software	20%	(187.827)		-	(187.827)
<b>Total</b>		<b>(187.827)</b>			<b>(187.827)</b>
<b>Saldo líquido</b>		<b>0</b>			<b>0</b>

## 10. Fornecedores

	2022	2021
Serviços prestados por pessoa física e jurídica	24.432	37.149
Eventos	176.379	170.909
Fornecedores	29.041	92.273



<b>Total</b>	<b>229.852</b>	<b>300.331</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores Nacionais	229.852	133.323
Fornecedores Internacionais	0	167.008
<b>Total</b>	<b>229.852</b>	<b>605.709</b>

## 11. Salários e Encargos Sociais

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Obrigações com Pessoal	85.363	130.300
Obrigações Trabalhistas	151.526	86.946
Impostos a Recolher	37.239	44.903
Contribuições a Recolher	1.046	924
Pensão alimentícia	0	0
<b>Total</b>	<b>275.174</b>	<b>263.074</b>

## 12. Recursos de Terceiros

Os recursos classificados como “recursos de terceiros”, são relativos a valores pagos individualmente por atleta, ou seja, pessoas físicas, para custear suas despesas em eventos (campeonato), mas que tem como intermediária a Confederação Brasileira de Hipismo, que a partir de 2019 passa a ser contabilizado como passivo.

Entendemos que não se trata de uma Receita da Confederação, por não configurar um patrocínio, doação, bilheteria, ou outro tipo de receita prevista pela ITG 2003 (Norma Brasileira de contabilidade para Entidade Desportiva Profissional), e sim recursos de terceiros (ITG 2002 - Norma Brasileira de contabilidade para Entidade Sem Fins Lucrativos), e nesse caso se configura um Passivo por se tratar da intermediação de pagamento de despesas previamente orçadas, rateadas e suportadas pelos atletas que aceitarem ou tiverem condições de participar do evento (campeonato), tendo como contrapartida uma conta bancária segregada no Ativo, apenas para esse fim. Em Julho de 2021 conforme ofício 154/21 foi decidido pelo conselho de administração, a restituição do saldo remanescente de R\$ 154.247,00, de forma rateada igualmente para os 47 atletas, por intermédio de seus responsáveis. Diante disso, seguimos com o crédito em conta no valor de R\$ 3.281,85 (três mil reais duzentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos) para cada atleta/responsável.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Campeonato Sul Americano - Juventude	19.657	19.657
<b>Total</b>	<b>19.657</b>	<b>19.657</b>

## 13. Recursos de Projetos em Execução

Os recursos recebidos referem-se basicamente aos recursos restritos do COB e CPB para serem realizado nos projetos em período de execução ou em fase de prestação de contas. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo remanescente e não utilizado se encontra aplicado em conta restrita e mantido para utilização ou devolução ao respectivo órgão repassador.

	<b>Em Reais</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.111.861</b>
Recursos recebidos	7.694.472
Recursos por antecipação -saldo	0
Rendimento auferidos	32.619
Recursos devolvidos	(1.519.493)
Recursos utilizados	(4.942.829)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.264.769</b>
Recursos recebidos	15.381.162
Recursos por antecipação – saldo	0
Rendimento auferidos	245.546
Recursos devolvidos	(2.642.390)
Recursos utilizados	(11.025.890)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.958.428</b>

#### **14. Provisões para Processos Judiciais**

Em 2018, CBH foi excluída dos autos conforme Acórdão N° 1848/2018 –TCU-Plenária de 2 (dois) processos que ainda transitam no Tribunal de Contas da União onde ainda figuram como réus o Gestor à época, colaboradores e fornecedores, são eles:

- (i) Auditoria piloto pelo Tribunal de Contas da União – “TCU” para verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva);
- (ii) Tomada de Contas Especial pelo Tribunal de Contas da União – “TCU” instaurada por determinação do item 9.1 do acórdão 931/2016-TCU-Plenário referente as razões de justificativa das ocorrências verificadas no relatório de auditoria precitado (i), relacionado a irregularidades na aplicação de recursos provenientes da Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo Piva) pela Entidade;

A CBH consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos declara que os processos acompanhados pelos escritórios em que a CBH em parte, são de natureza judicial ou administrativa, tendo em 31/12/2022 as situações abaixo descritas:

- (i) Para os processos que não possui natureza judicial, mas, sim, administrativa – em trâmite no Tribunal de Contas da União, temos a seguinte posição.

##### **Processo nº 017.107/2015-6**

Fase recursal. Aguardando julgamento dos pedidos de reexame formulado pela Confederação Brasileira de Hipismo e por outros responsáveis.

##### **Processo nº 020.951/2020-5**

Processo sobrestado, com fundamento no art. 11, caput, da Lei 8.443/92, c/c o art.157 do Regime Interno do TCU, até que a Corte de Contas aprecie definitivamente o pedido de reexame impetrado no processo 017.107/2015-6.

## 15. Patrimônio Social

Os resultados (superávits ou déficit) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de patrimônio social, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas do Conselho de Administração, e em linha com a resolução CFC Nº 1409/12. No exercício de 2022 foi apropriado respectivamente ao patrimônio social da Entidade um superávit de R\$ 1.942.862, em 2021 o déficit foi de R\$ 315.472.

## 16. Receita Operacional Líquida

As receitas do Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro são aprovadas com base em regras de distribuição de recursos entre as Confederações Olímpicas e Paraolímpicas. Os recursos são registrados em contas correntes individuais e específicas por ano.

A CBH ainda não obteve aprovação definitiva de todas as prestações de contas referentes aos convênios e repasses de recursos que financiaram os projetos da Entidade em anos anteriores, ainda em análise pelo Ministério do Esporte e Comitê Olímpico Brasileiro – COB. Eventuais glosas possíveis de serem identificadas após a análise da prestação de contas pelos órgãos e entidades responsáveis pelo processo de verificação e aprovação dos respectivos gastos, só serão reconhecidas quando da conclusão destas análises.

A receita de recursos próprios advém de taxas de concursos, mensalidades, registros, emissão de selos e passaportes de equinos, dentre outras. Ainda em Recursos Próprios são contabilizados os valores recebidos de atletas para repasse à Federação Equestre Internacional.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Recursos públicos (receita com restrição)</b>		
Recursos do Comitê Olímpico do Brasil <sup>(1)</sup>	9.610.253	6.017.311
Recursos do Comitê Paralímpico Brasileiro	5.977.749	2.166.556
Devolução de Recursos	(2.849.229)	(1.523.280)
(-) Reversões	0	0
Verbas Extraordinárias/Ano Anterior - COB	0	100.000
<b>Total receita com restrição</b>	<b>12.738.773</b>	<b>6.274.979</b>
<b>Recursos próprios</b>		
Recursos Ordinários	3.614.795	2.426.306
Recursos de Terceiros	2.972.002	89.088
<b>Total receita sem restrição</b>	<b>6.586.797</b>	<b>2.515.394</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>19.325.570</b>	<b>8.790.373</b>

## 17. Custo Operacional

Estas despesas estão segregadas entre a atividade fim e atividade meio da organização

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Eventos Esportivos	(12.264.801)	(3.931.794)
Despesas Operacionais Esportivas	(1.471.209)	(2.120.885)
<b>Total</b>	<b>(13.736.010)</b>	<b>(6.052.679)</b>
Despesas com Empregados	(1.357.527)	(1.256.325)
Despesas Sociais	(317.574)	(228.844)
<b>Total</b>	<b>(1.675.101)</b>	<b>(1.485.169)</b>
<b>Despesa Com Pessoal Líquida</b>	<b>(15.411.111)</b>	<b>(7.537.848)</b>

## 18. Despesas Gerais e Administrativas

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas Gerais	(599.205)	(1.097.376)
Despesas com Terceiros	(1.296.582)	(306.108)
Despesas com Viagens	(148.124)	(76.353)
Despesas não operacionais	(83.012)	(1.335)
<b>Total</b>	<b>(2.126.923)</b>	<b>(1.481.173)</b>

## 19. Resultado Financeiro Líquido

Expressa os rendimentos oriundos da aplicação de recursos classificados como restrito e próprios deduzidos do imposto de renda pagos em operações de câmbio e aplicações financeiras.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras (*)	278.194	37.395
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>278.194</b>	<b>37.395</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas Financeiras	(122.867)	(53.515)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(122.867)</b>	<b>(53.515)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>155.327</b>	<b>(16.119)</b>

## 20. Resultado por Natureza

A Confederação apresentou a demonstração do superávit do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em finalidade. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do déficit do exercício são apresentadas a seguir:

<b>Classificação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custos com eventos esportivos	(13.736.010)	(6.052.679)
Despesas com Pessoal	(1.675.101)	(1.485.169)

Despesas Administrativas	(2.043.911)	(1.479.838)
Despesas Financeiras e Tributárias	(122.867)	(53.515)
Despesas não operacionais	(83.012)	(1.335)
<b>Total</b>	<b>(17.660.901)</b>	<b>(6.754.046)</b>

## 21. Cobertura de Seguros

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade, assim como para terceiros quando em viagens para

## 22. Transações e Saldos com Partes Relacionadas

Os saldos de contas a receber, em 31 de dezembro de 2022, apresentou uma redução nos saldos de parcelamentos, referentes a créditos em atraso devido à quitação da grande maioria em virtude da manutenção da regularizada para participação da Assembleia eletiva realizada, também é composto por saldos de mensalidades, taxas de concursos e outros serviços, que devido à pandemia teve uma redução em seus valores divulgada através do Caderno de Encargos da CBH.

No ano de 2022, conforme destacado anteriormente as entidades fizeram o esforço para quitação de todos os débitos a fim de participar da assembleia eletiva.

Receitas de Mensalidades	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Passivo	Receita
<b>Federações</b>						
São Paulo	1.027	-	12.234	1.027	-	12.324
Brasília	1.027	-	12.234	1.027	-	12.324
Rio de Janeiro	1.027	-	12.234	1.027	-	12.324
Minas Gerais	1.027	-	12.234	1.027	-	12.324
Rio Grande do Sul	1.027	-	11.297	-	-	12.324
Bahia	869	-	9.564	-	-	10.434
Pernambuco	869	-	10.591	1.027	-	12.324
Paraná	1.263	-	12.324	1.027	-	11.297
Santa Catarina	1.027	-	12.234	1.027	-	12.324
Paraíba	236	-	2.832	236	-	2.832
Ceará	869	-	10.275	710,5	-	8.526
Rio Grande do Norte	-	-	708	-	-	-
Alagoas	394	-	4.734	394,5	-	4.734
Mato Grosso do Sul	394	-	5.050	710,5	-	7.815
Goiás	236	-	2.990	394,5	-	4.734
Amazonas	236	-	2.990	394,5	-	4.339
Maranhão	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	394	-	4.575	236	-	2.832
Pará	236	-	2.596	-	-	2.832
Sergipe	394	-	4.734	394,5	-	4.734
Espírito Santo	236	-	2.832	236	-	2.832
Associação Brasileira de	236	-	2.832	236	-	2.832

Receitas de Mensalidades	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Receita	Ativo	Passivo	Receita
Criadores de Cavalos de Hipismo		-			-	
<b>Total</b>	<b>13.027</b>	<b>-</b>	<b>152.546</b>	<b>11.132</b>	<b>-</b>	<b>157.042</b>

Parcelamentos Curto Prazo Federações	2022	2021
Alagoas	0	5.798
Paraibana	0	5.000
Rio de Janeiro	13.654	0
Rio Grande do Norte	1.118	0
<b>Total</b>	<b>14.772</b>	<b>10.798</b>

## 23. Instrumentos Financeiros

- (i) Riscos de instrumentos financeiros  
O risco de crédito é o risco principal da Confederação (risco de a contraparte não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro). Os instrumentos financeiros, que expõem a Confederação ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições de mercado e de risco. A CBH tem critérios contábeis para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e, a entidade apresenta aplicações financeiras em instituições financeiras consideradas como de primeira linha.
- (ii) Categorização e valorização de instrumentos financeiros  
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Confederação possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, categorizados como mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e fornecedores. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se de seus valores de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e dos juros atualizados até a data dos balanços.
- (iii) Derivativos  
A Confederação não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco durante os exercícios de 2022 e de 2021.

## 24. Compromissos e Outras Obrigações

---

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

## **25. Trabalho Voluntário**

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

## **26. Eventos Subsequentes**

A Administração avalia a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.